



ARGENTINA

Fotos: AFP



Homem com um livro na cabeça: recursos minguam com inflação



Jovem pede defesa da educação. "Não se vende", destaca cartaz



Policiais montam guarda em frente ao Congresso

Estudantes marcham contra cortes de Milei

Dezenas de milhares vão às ruas da capital, Buenos Aires, e de outras cidades do país para reivindicar reajuste no orçamento das universidades, que declararam emergência por falta de verbas. Sindicatos e oposição aderem ao protesto

A convocação de marchas em defesa da educação atraiu dezenas de milhares de argentinos, a maioria estudantes e professores, às ruas de Buenos Aires e de outras cidades do país, num gigantesco protesto — um dos mais expressivos — contra a política de ajustes do presidente Javier Milei. Com livros para o alto, os manifestantes denunciaram os cortes de verbas para as universidades públicas, que declararam emergência orçamentária depois que o governo decidiu manter este ano o orçamento recebido em 2023, apesar da inflação em 12 meses, que atingiu quase 290% em março.

Na capital, segundo a polícia, 100 mil pessoas participaram do ato. De acordo com a Universidade de Buenos Aires (UBA), meio milhão aderiu ao chamado, que teve a Praça de Maio como epicentro. Sindicatos e partidos de oposição reforçaram a marcha, considerada uma ação política pela Casa Rosada. Sergio Massa, adversário de Milei nas eleições do ano passado, marcou presença. Professores universitários acompanharam com uma greve.

"A educação nos salva e nos torna livres. Convocamos a sociedade argentina a defendê-la", disse a estudante e presidente da Federação Universitária Argentina, Piera Fernández.

Nas principais cidades do país, outros milhares de alunos e professores das 57 universidades nacionais públicas também saíram em passeata "em defesa

AFP



Multidão chega à Praça de Maio durante o gigantesco protesto, um dos maiores contra a "motosserra" que atingiu as contas do governo

do ensino público gratuito". Na cidade de Córdoba, sede da prestigiosa universidade homônima, ruas ficaram lotadas.

Cerca de 2,2 milhões de pessoas estudam no sistema universitário público argentino, escolhido por 80% dos estudantes em comparação com as instituições privadas, em um país onde quase metade dos 47 milhões de

habitantes vive na pobreza.

Milei recusa-se a adaptar o orçamento em favor da sua política de deficit zero comprometida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Não esperem a saída por meio do gasto público", alertou, na segunda-feira, ao anunciar na televisão nacional um superavit no primeiro trimestre.

Segundo o porta-voz da Casa Rosada, Manuel Adorni, na semana passada, já no calor da mobilização estudantil, Milei anuiu "aumentar as rubricas de despesas operacionais em 70% em março e outros 70% em maio", além de uma quantia para os hospitais universitários. Essas despesas excluem os salários dos docentes, que representam 90% do orçamento.

Os reforços contrastam com o custo das tarifas de energia, que aumentaram 500% este mês, colocando as universidades à beira da paralisação. "Pelo ritmo que estão nos dando dinheiro, só poderemos funcionar de dois a três meses", disse o reitor da Universidade de Buenos Aires (UBA), Ricardo Gelpi.

Cerco às fraudes

O governo de Javier Milei anunciou uma "auditoria abrangente" das indenizações concedidas às vítimas de violações dos direitos humanos durante a ditadura argentina (1976-1983), após casos de "irregularidades no tratamento ou pagamento". O Ministério da Justiça informou que vai averiguar "todos os pedidos feitos em nome das leis de reparação", à luz de ações judiciais relativas a benefícios concedidos de forma fraudulenta.

As indenizações concedidas por detenção, exílio ou desaparecimento de um familiar, por exemplo, estão previstas em diversas leis denominadas "reparação às vítimas do terrorismo de Estado", promulgadas durante as décadas de 1990 e 2000. Nos últimos anos, vários processos judiciais revelaram fraudes, incluindo um caso famoso em que cinco pessoas foram acusadas, no fim do ano passado, de organização criminosa, por utilização de documentos e testemunhos falsos.

O governo anterior também iniciou ações judiciais e investigações contra "gângues" especializadas na obtenção de reparações. O ministro da Justiça, Mariano Cúneo Libarona, especificou que existem "mais de 100 casos" suspeitos de terem recebido cerca de US\$ 150 mil (em torno de R\$ 780 mil).

ORIENTE MÉDIO

ONU reage a valas em hospitais de Gaza

A Organização das Nações Unidas (ONU) cobrou, ontem, uma apuração internacional sobre as valas comuns, com dezenas de corpos, encontradas nos dois principais hospitais da Faixa de Gaza. Dizendo-se "horrorizado", o alto comissário para os Direitos Humanos, Volker Türk, exigiu "investigações independentes, eficazes e transparentes" sobre o ocorrido. "Dado o clima de impunidade reinante, investigadores internacionais devem participar nesse processo", assinalou.

Na segunda-feira, as autoridades da Faixa de Gaza, administrada pelo movimento islamita Hamas, indicaram que, desde o fim de semana, haviam sido exumados cerca de 280 corpos

enterrados em valas comuns no Hospital Nasser, em Khan Yunis, ao sul do enclave. A Proteção Civil denunciou Tel Aviv pela ação. O Exército israelense negou. "As acusações são infundadas", reagiu, em nota, acrescentando que exumou corpos para verificar se havia reféns entre eles, antes de enterrá-los novamente.

No início de abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS) observou que o Hospital Al Shifa, o principal hospital do enclave palestino, foi reduzido a uma "concha vazia" com muitos corpos. Israel sustenta que o Hamas usa os centros de saúde para realizar ataques e esconder túneis e armas.

"As vítimas foram enterradas



Corpos desenterrados em Khan Yunis, no sul do enclave palestino

muito profundamente no solo e cobertas por lixo", disse Ravina Shamdasani, porta-voz do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. Ela destacou que as vítimas incluíam idosos e mulheres. Outros foram "encontrados com as mãos amarradas e sem roupas", acrescentou.

Acordo distante

Ontem, a guerra entre Israel e Hamas em Gaza completou 200 dias, sem sinais de que uma trégua esteja próxima, nem de que o movimento islamista está disposto a libertar os reféns ou de que Tel Aviv desistirá de uma operação terrestre em Rafah, sul do território palestino.

A ministra alemã das Relações Exteriores, Annalena Baerbock, voltou a pedir a libertação dos capturados pelos extremistas. "Durante 200 dias, o mundo parou para suas famílias. Enquanto os reféns não forem libertados, não vamos descansar. Apenas quando retornarem para suas casas, haverá uma chance para paz", escreveu a chanceler na rede social X.

O Catar, que atua como mediador, ao lado do Egito e dos Estados Unidos, para conseguir uma trégua e a libertação dos reféns, afirmou que os representantes do Hamas permanecerão em Doha enquanto sua presença for "útil e positiva" para o avanço das negociações.